



entrevista da semana - misael galvão
"O Shopping Popular veio
para quebrar paradigmas e
mudar de verdade a vida dos
camelôs"
Pág. 3



INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE

Governo Mendes pode investir mais de 16 Bi em rodovias em Mato Grosso



Só em Cuiabá, os investimentos previstos em mobilidade urbana e infraestrutura de rodagem nos bairros para esse início de segundo mandato de Mendes ultrapassa a casa de R\$1,2 bilhão - Pág. 5

SUCESSÃO DE EMANUEL

Popularidade de Botelho pode atrair "fogo amigo"



Cada dia mais próximo das eleições municipais de 2024, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) já tem a sua preferência para a disputa majoritária na Capital. O nome do deputado estadual Eduardo Botelho (União Brasil) é o favorito na agremiação quando se trata de eleição municipal de Cuiabá. A deputada estadual Janaína Riva (MDB) afirmou a preferência de Botelho.

"Existe uma preferência do partido com relação ao nome do Botelho. Isso é partidário. Existe uma preferência. Agora a gente precisa construir condições para uma eleição dele como candidato", colocou a emedebista, citando o imbróglio vivido por Botelho dentro do União Brasil.

Leia mais na página 4



TCE indica melhora na saúde em Cuiabá

O relatório apontou que a realização de 436 cirurgias no Hospital Municipal de Cuiabá (HMC) em março, um aumento de 20% em relação a fevereiro - Pág 4

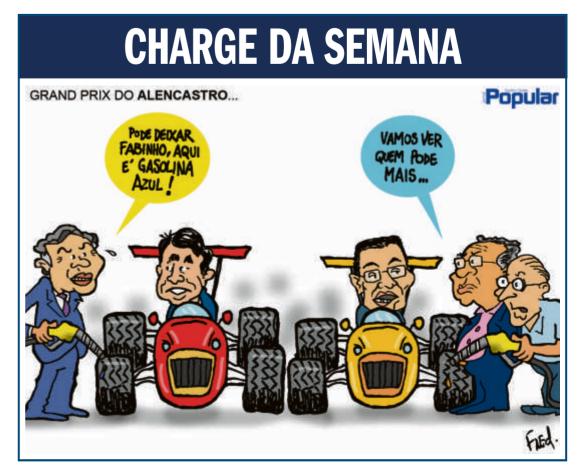
DIVERSOS ASSUNTOS

Comissões da Câmara realizam reuniões para tratar de encaminhamentos e deliberações - Pág. 4



Prefeito de 65 anos se casa com menina de 16

Chama a atenção o fato da mãe da garota ter sido nomeada secretária de cultura e turismo do município um dia após o casamento que é visto como um caso de "pedofilia consentida" - Pág. 8





Qualquer movimento pacífico voltado à reforma agrária é legítimo, sendo certo que a sua concretização não beneficia apenas os assentados, mas o próprio desenvolvimento local, levando, também, comida saudável à mesa dos brasileiros.

Abril Vermelho: a Reforma Agrária x Invasões

Massacre de Eldorado dos Carajás

Popular

Muito tem se falado a respeito do "abril vermelho", nome criado para as atividades realizadas pelo MST durante o mês de abril em todo o Brasil, denominada pelo próprio movimento como "Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária". A escolha do mês de abril se deu em razão do "Dia Internacional da Luta Camponesa", comemorado no último dia 17.

O mês tem sido marcado por marchas, ameaças, além de invasões de terras e ocupações de escritórios do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, causando instabilidade e preocupação, sobretudo aos proprietários e possuidores de áreas rurais. Uma forte pressão vem sendo exercida sobre o INCRA, no sentido de empregar celeridade aos processos de desapropriação para fins de reforma agrária, potencializando o clima de insegurança.

Diante dessas circunstâncias, surgem alguns questionamentos como: até onde essa movimentação dos integrantes do MST é legítima? Tenho instrumento para repelir uma possível invasão? Para responder a essas perguntas, é preciso estabelecer a diferença entre "reforma agrária" e "invasão de terras".

A reforma agrária deve ser precedida de um processo de desapropriação com respaldo direto na Constituição Federal, mais precisamente no art. 185 e seguintes, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 3.365/1941 e pela Lei 8.629/1993. Para tanto, é

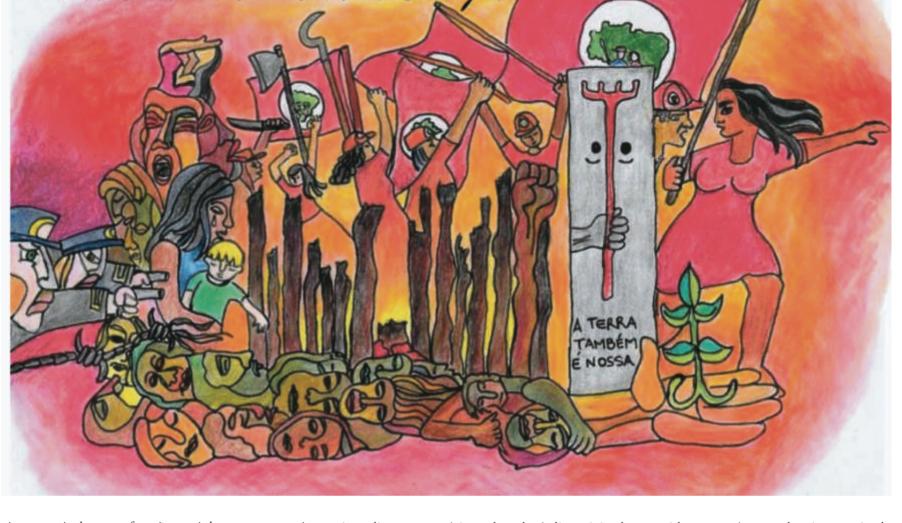
necessário que o imóvel rural não esteja cumprindo a sua função social e que o proprietário seja indenizado com títulos da dívida agrária.

Após o cumprimento dos ditames constitucionais é que os trabalhadores sem terras passarão à condição de assentados e poderão exercer suas atividades de subsistência, sempre ligadas à terra, como agricultura, pecuária, suinocultura, piscicultura, dentre outras.

Veja que a reforma agrária encontra respaldo na Lei maior do nosso país e seu objetivo é transferir terras ociosas e improdutivas para as mãos das famílias que delas necessitam para sobreviver, gerando, por consequência, empregos, renda, circulação de moeda e o desenvolvimento local.

Qualquer movimento pacífico voltado à reforma agrária é legítimo, sendo certo que a sua concretização não beneficia apenas os assentados, mas o próprio desenvolvimento local, levando, também, comida saudável à mesa dos brasileiros.

Por outro viés, qualquer invasão violenta ou clandestina que venha a esbulhar aquele que detém o direito de posse sobre determinada área rural, produtiva ou improdutiva, pratica o crime previsto no inc. II, do art. 161, do Código Penal e, na esfera cível, está sujeito aos efeitos dos



interditos possessórios colocados à disposição do possuidor, como é o caso da reintegração de posse, sem falar nas ações de cunho petitório, inerentes ao proprietário não possuidor, como é o caso da ação reivindicatória.

Para repelir qualquer esbulho possessório, o possuidor, proprietário ou não, deve agir de forma preventiva, auxiliado por um corpo jurídico especializado, que reunirá e produzirá os documentos necessários e, em seguida, adotará a medida judicial mais adequada.

Em conclusão, evidencia-se que o instituto da "reforma agrária" e o ato de "invadir terras" não caminham juntos, devendo qualquer estereótipo em sentido contrário ser desconstituído, uma vez que de um lado temos um procedimento legal/constitucional, que visa terras improdutivas e a justa indenização do proprietário e, de outro, uma conduta criminosa e devastadora que merece ser repelida pelo Poder Judiciário e pelas forças de segurança do estado.

é advogado, ex-vice-presidente da Comissão de Direito Agrário da OAB-MT e especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

EDITORIAL

Shows de gastanças

Prefeituras de Mato Grosso são as maiores promotoras de shows e eventos festivos do estado. Só no primeiro trimestre deste ano, prefeitos de 36 dos 141 municípios do estado já gastaram mais de R\$10 milhões dos cofres públicos para realizar shows diversos, feiras agropecuárias e festivais.

Estes gastos não seria nada de mais se o Brasil vivesse um período de bonança econômica, não tivesse milhões de pessoas passando fome literalmente, outros milhares morando nas ruas. Não seria chocante este tipo de inversão de prioridade para aplicação dos escassos recursos públicos caso a saúde pública fosse acessível, de qualidade e não houvesse em Mato Grosso doentes morrendo nas filas de espera ou por não serem socorridos a tempo de terem suas vidas salvas; ou ainda se a maioria das cidades do estado não pagassem salários miseráveis à seus servidores e não tivesse nenhum casa sem água e esgoto tratado, nenhuma rua sem asfalto e nenhuma criança sem escola.

O governo do estado sancionou recentemente uma lei que limita os valores que podem ser gastos com cachês de artistas, especialmente os "famosinhos", da moda e os renomados. O teto, no entando, ainda ficou muito alto para os padrões da economia brasileira: R\$240 mil por artista ou o equivalente a US\$48 mil, ou ainda ao preço de 2.030 sacas de soja, a principal commoditie exportada pelo estado, pela cotação de segunda-feira, 24, em Sorriso.

Para se ter uma ideia do absurdo que é essa gastança desenfreada e "festiva" do dinheiro público, basta citar o caso de Campo Verde, município que "queimou" em

três meses de 2023 nada menos que R\$1,549 milhão com cantores de Axé, duplas sertanejas e bandas musicais, valor que é maior que o orçamento daquele município para o Samu e para a Merenda Escolar dos alunos do ensino fundamental.

O problema com a Lei 12.082 é que ela se aplica apenas aos recursos que saem dos cofres do estado na forma de emendas parlamentares e ou de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Cultura.

Apresentada por Lideranças Partidárias, a lei estabelece o teto máximo de gastos com eventos (shows, feiras, festivais, etc.) em R\$ 600 mil. Desse total, 60% terá que ser gasto obrigatoriamente com estrutura dos eventos: palco, luz, som, fechamentos, tendas, segurança. Já os demais 40% do valor total poderá ser aplicado no pagamento dos cachês artísticos, sendo que 30% do valor destinado às despesas com cachês devem ser direcionados para contratação de artistas regionais.

O problema é que a lei deixa em aberto a contrapartida dos municípios ao estabelecer um piso e não um teto de apenas 10% sobre o valor previsto para repasse. Ou seja, se o prefeito quiser pegar outros R\$600 mil direto dos cofres do município e aplicar em cachês, tudo certo.

O fato é que a gastança do dinheiro público com o superfluo continuará, desbragada, e o povo obrigado a amargar toda sorte de problemas e dificuldades com os serviços públicos básicos, para os quais nunca há dinheiro disponível para suprir as necessidades.

Maykom Milas

EXPEDIENTE





DEPTO COMERCIAL DIRETOR FINANCEIRO Maykon Milas 3052-6030 / 3052-6031 Leandro Lincoln Justiniano Sanches Assessoria e divulgação Kleber Simioni

FOTOS

EDITOR DE ARTE CHARGE PAUTA

Fred

redacaocopopular1@gmail.com admcopopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO Cuiabá, Várzea Grande e baixada Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487 Rua I, Nº 105, Edíficio Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada



O aprendiz trapalhão

Nos últimos dois anos, pelo menos em três ocasiões diferentes Fábio Garcia tentou agir nas sombras contra os líderes tradicionais do União Brasil e teve frustrado seus planos. A mais recente tentativa do jovem parlamentar foi antecipar eleições de diretórios municipais sem dar conhecimento sobre o processo aos irmãos Júlio e Jayme Campos. O parlamentar acabou "flagrado" no bote e foi obrigado a recuar. Nos bastidores do União já ficou claro que Fábio Garcia não será o candidato do partido à Prefeitura de Cuiabá. O senador Jayme Campos avisou: "simpatia ou preferência do governador Mauro Mendes não deinirá candidaturas no União". O recado, com certeza, foi ouvido e entendido no Palácio Paiaguás.



O ex-vereador Marcos Paccola, que matou com três tiros nas costas o Agente Prisional Alexandre Miyagawa, perdeu mais um recurso no Tribunal de Justiça contra a sua cassação por quebra de decoro pela Câmara de Vereadores de Cuiabá. A defesa de Paccola havia alegado que a vereadora Edna Sampaio, por ter sido a autora do pedido de cassação, não deveria votar. No entanto, o relator do recurso, desembargador Márcio Vidal, não reconheceu o argumento e considerou inteiramente legítima a decisão do Parlamento Municipal cuiabano. O voto do relator foi acompanhado pelos demais membros da 1ª Câmara de Direito Público Coletivo do TJMT e o ex-vereador seguirá cassado e respondendo na Justica pelo assassinato covarde praticado contra Miyagawa.



Depois de dois anos sendo realizada de forma digital, a Feira Internacional de Turismo do Pantanal, maior feira de turismo de Mato Grosso, volta a acontecer de forma presencial em grande estilo para comemorar seus 30 anos de existência. A Fit Pantanal 2023 acontece esta semana, entre os dias 4 e 7 de maio, no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá. A feira é uma realização do Sistema Fecomércio-MT em parceria com o Governo de Mato Grosso, e visa promover, divulgar e fomentar os produtos turísticos do estado. A expectativa é atrair, durante os quatro dias da fei ra, cerca de 100 mil pessoas. Na programação, além dos estandes dos expositores, estão previstas atividades da 'Aldeia do Conhecimento', que contará com capacitações, mesas redondas palestras, painéis e oficinas promovidas por diversas entidades, como Senac-MT, Sebrae e Empaer.

Invasões e CPI do MST



O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro mudou o tom sobre as ocupações de terras pelo MST. "Não é o momento de invadir terra e nunca é o momento de invadir terra produtiva. É papel do Estado ajudar que a reforma agrária aconteça. Nós temos essa função, mas dentro da lei. Invasão de terra produtiva não é concebível", reagiu o ministro ao ser confrontado com a série de ocupações deflagradas pelo MST dentro da programação da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Reforma Agrária 2023 que a grande imprensa chama de "Abril Vermelho". O ministro vinha até então contemporizando sobre o tema e evitando criticar o MST, mas, a aprovação da CPI que deverá investigar as ações do Movimento e a pressão dos ruralistas o obrigou a se manifestar. Fávaro cobrou ainda que a CPI não seja transformada em palanque político para atacar o governo Lula. "A eleição já passou e temos que olhar para o futuro e trabalhar para fortalecer a agropecuária como um todo", argumentou o ministro.

Operação Tanque Cheio



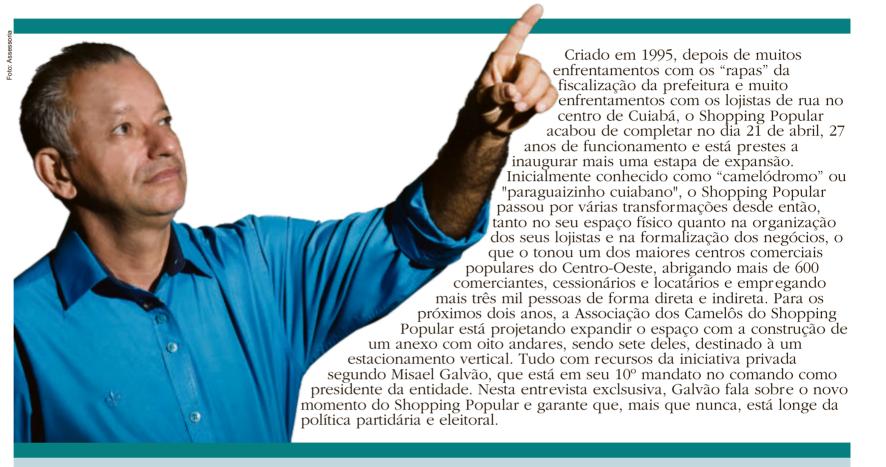
pela Policia Civil derrubou quase metade do alto escalão da Prefeitura de Ribeirão Cascalheira (773 km de Cuiabá). Na quinta-feira, 27, foi deflagrada a segunda fase

Esquema desvendado

da Operação Tanque Cheio que cumpriu 12 ordens judiciais, entre os quais, mandados de prisão preventiva contra os secretários Vilson de Assis Caiado (Financias), Luciano Nunes Brandão (Obras), respectivamente marido e irmão da prefeita Luzia Nunes Brandão, Fausto Francisco de Oliveira (secretário de Saúde), além do responsável pelo abastecimento dos veículos da Prefeitura (que também é irmão da prefeita) e do chefe do Departamento de Compras. O presidente da Câmara dos Vereadores, Paulo Schuh, foi afastado cautelarmente e, junto com um funcionário da secretaria de Saúde também foi alvo de mandados de buscas e apreensões. O grupo desviava recursos da prefeitura por meio de compras de material de construção, mercadorias em supermercado, mão de obra paga com combustíveis da Prefeitura, uso de maquinário do município em obras de casas particulares, entre outras ilegalidades.

MISAEL GALVÃO - Presidente do Shopping Popular de Cuiabá

"O Shopping Popular veio para quebrar paradigmas e mudar de verdade a vida dos camelôs"



Estamos na fase de projetos. O que é importante é que o Shopping Popular tem vocação para o crescimento, por isso sempre pensamos em ampliação e pensando também na geração de emprego e renda.

Da Redação

CO Popular - O shopping popular entra em uma nova fase com este projeto de ampliação. O local ganha mais estrutura e está cada vez mais parecido com um shopping convencional. O velho shopping está dei xando de ser popular para se tornar VIP? Misael Galvão - O Shopping Popular entra nu-

ma nova fase sim, mas vai continuar sendo exemplo de superação e geração de emprego e do comércio popular que deu certo, não só em Mato Grosso, mas para o Brasil inteiro. Não tem nada de VIP, é povão mesmo. Com este novo projeto de ampliação que estamos lançando, vamos cumprir aquilo que é exigido pelos órgãos públicos que é a regularização do trânsito, pois o impacto da região fez com que a gente pudesse pensar em um modo de resolver de uma vez a questão. Iremos dar mais tranquilidade e comodidade aos nossos clientes que utilizam o estacionamento. Esta nova ampliação vem para atender toda as demandas relacionadas a vagas, segurança, trânsito e acessibilidade. Vamos crescer, mas sem perder a essência, nunca vamos perder as características de ser um Shopping Popular, inclusive as banquinhas vão continuar no mesmo formato, do mesmo tamanho, e com certeza os camelôs continuarão com aquele sorriso alegre, feliz, trabalhando para atender seus clientes.

CO Popular - Quanto será investido nessa nova etapa e do onde virá os recursos?

Misael Galvão - Os valores absolutos ainda não estão fechados. Estamos na fase de projetos. O que é importante é que o Shopping Popular tem vocação para o crescimento, por isso sempre pensamos em ampliação e pensando também na geração de emprego e renda. O projeto é para a construção de um anexo com oito andares, dos quais, sete serão dedicados exclusivamente para estacionamento de veículos. O novo espaço também terá área de cinema, praça de alimentação ampliada, passando dos atuais 300 lugares para até 1.500 com espaço kids e outros áreas que serão criadas para dar mais comodidade. Os investimentos serão feitos com recursos privados, de pessoas que acreditaram no projeto Shopping Popular, a criação de novos ambientes para poder suprir as demandas internas. Também poderemos utilizar algumas linhas de créditos. Enfim, serão várias as fontes em que buscaremos os recursos necessários para esta grande obra.

CO Popular - Hoje, qual o valor anual mo-vimentado pelo SP e quantos empregos são gerados pelos negócios instalados no

centro comercial popular? Misael Galvão - A Associação não tem conhecimento sobre detalhes do movimento financeiro pessoal de cada associado. Aqui nós somos diferentes, todos nós somos donos, são aproximadamente 600 associados, cessionários, locatários e colaboradores que trabalham. A maioria é dona do próprio negócio. Nossa preocupação, enquanto associação, é criar condições favoráveis para que os nossos lojistas tenham cada vez mais movimento, mais clientes, prospere e gere mais empregos, renda e tenham mais sucesso na sua vida comercial e empreendedora. O fato concreto é que Shopping Popular hoje gera para Cuiabá e Mato Grosso mais de 3 mil empregos diretos e indiretos e é

um exemplo, está entre os maiores centros populares de compras do Centro-Oeste e vai continuar sendo um bom exemplo.

Popular - Com todos esses investimentos o "condomínio" do SP não irá pesar no orçamento dos lojistas?

Misael Galvão - Dentro do novo investimento que terá, o associado já deu sua contribuição, deram a liberdade em assembleia geral para que pudéssemos buscar investidores, e construir um novo empreendimento sem nenhum custo para o associado que aqui trabalha. Então, a associação tem buscado tudo isso dentro da legalidade. Aprovaram o novo projeto, e nos próximos meses poderemos dar início a esta grande mudança, um grande empreendimento está nascendo e vai virar referência de emprego e renda.

CO Popular - Uma das maiores preocupações dos lojistas do Shopping Popular são as operações de fiscalização da Receita Federal e Polícia Federal por conta do comércio de mercadorias oriundas de contrabando ou descaminho. Por que ainda boje o SP aceita que lojistas utilizem esses expedientes para reduzir custos de se-

Misael Galvão - O Shopping Popular tem um TAC (Termo de Ajustamento e Conduta) com Ministério Público, todos associados tem suas empresas constituídas, exigidas pelo TAC, pagam seus impostos rigorosamente, contribui com o estado e município. Já dentro da empresa gera empregos para cidade. Com certeza, eles entendem que precisa ampliar nós viemos se organizando com a união dos associados, para poder ter um poder maior de compra e ter os melhores preços e atender nossos clientes

CO Popular - Há quem questione o fato do SP passar a ter estacionamento pago por estar localizado em área pública cedida à Associação. O que o senbor tem a dizer sobre isso? Misael Galvão - A Associação já tinha a legali-

Já dei minha contribuição como vereador. Agora, meu foco principal é **Shopping Popular, os** novos projetos de expansão, a melhoria dos espaços dos lojistas, dos clientes

dade de cobrar o estacionamento desde 2014, dentro de todo acordo que foi feito com o poder público lá atrás, onde já se contemplava, nós sempre soubemos que este espaço era um espaço pequeno que não atendia toda demanda do Shopping Popular. Foi feito vários estudos dos órgãos de controle no que tange as questões do trânsito e o levantamento sobretudo. Só decidimos depois que tivemos a viabilidade da construção e solução definitiva do impacto ao entorno. Agora cada cliente nosso que é a pedra preciosa, vai chegar aqui e saber que não tem mais o estacionamento lotado, aquela fila, ao não ser no horário de pico, e graças a Deus o Shopping Popular sempre terá bons clientes, boa frequência porque a sociedade sempre nos ajudou. Só agora estamos disciplinando, as pessoas do entorno que colocavam os veículos aqui e saiam para trabalhar e ou fazer suas coisas, agora mudou.

CO Popular - O senbor já ocupa bá muitos anos a direção da Associação. Por que há tão pouca renovação no comando da entidade?

Misael Galvão - Eu falo isso com muita tranquilidade, sou apaixonado pelo que faço, pelo Shopping Popular, eu gosto, sou camelô que veio da rua, vim das feiras, estou aqui desde a sua fundação e trabalhando desde o início com minha esposa. Nós realmente nos dedicamos e sou grato a Deus pelo shopping. Toda vida nunca entrei pela porta de trás, foi sempre pela porta frente onde eu passo até hoje. Então, entro e saio pela porta da frente. Sou grato a Deus que em todas as vezes que pude participar do processo de evolução do nosso Shopping Popular sempre tivemos êxito. Sou grato aos companheiros pela confiança que depositam em mim a qual procuro corresponder sempre da melhor maneira que posso, que está em meu alcance porque nossa vida é trabalho, trabalho, trabalho para melhorar a vida das pessoas. Eu penso o seguinte: cada um tem uma missão, ser megaempresário, pastor, padre, juíz, desembargador. A minha missão sempre foi cuidar de vidas, sempre participar da melhoria do coletivo. Aqui temos testemunhos de pessoas que entraram vendendo salgado, hoje tem uma lanchonete que gera emprego, tem o que era vendedor de café e tem seu empreendimento, tudo isso é o resultado do trabalho sério e transparente e é isso que é minha missão. É essa dedicação, essa seriedade, sinceridade e transparência que sustenta minha permanência como presidente da Associação do Shopping Popular até hoje.

CO Popular - O senbor pretende voltar a disputar eleições para cargos eletivos seja no legislativo ou executivo cuiabanos? **Misael Galvão** – Não. Hoje meu foco é o Shopping Popular. Eu não discuto outra coisa a não

ser shopping! Então realmente sou grato a Deus pela lembrança do meu nome em todas estas questões do processo político eleitoral. Já dei minha contribuição como vereador. Agora, meu foco principal é Shopping Popular, os novos projetos de expansão, a melhoria dos espaços dos lojistas, dos clientes. É essa a grande missão que temos: trabalhar para que continuemos superando desafios, quebrando paradigmas e melhorando a vida dos camelôs.



INTERVENÇÃO NA SAÚDE

Comissão do TCE aponta aumento de cirurgias e indica melhora na rede de saúde de Cuiabá

O relatório apontou que a realização de 436 cirurgias no Hospital Municipal de Cuiabá (HMC) em março, um aumento de 20% em relação a fevereiro

Da Redação

A Comissão Especial do Tribunal de Contas do Estado que faz o acompanhamento da intervenção judicial e política na Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá apresentou seu primeiro relatório ao coordenador do grupo, conselheiro Sergio Ricardo. Os resultados, referente ao primeiro mês da intervenção, indicam avanços em alguns setores como os de cirurgia de baixa e media complexidades e disponibilização de leitospara internações e UTI no Hospital São Benedito, Hospital Municipal de Cuiabá (HMC) e no antigo Pronto Socorro.

A equipe ressaltou especialmente no relatório a retomada das cirurgias eletivas, com previsão de realização de 1,2 mil procedimentos de média e baixa complexidade já no mês de maio como um dos maiores avanços da intervenção já que estes procedimentos estavam suspensos na rede.

O conselheiro destacou que as operações garantem avanço em outra meta, relacionada à redução nas filas. "No antigo Pronto Socorro, por exemplo, não estavam sendo realizadas cirurgias. Agora verificamos que, para o mês de maio, estão previstos 1,2 mil procedimentos, o que vai diminuir a espera."



Hospital Municipal de Cuiabá sob intervenção do estado: Avaliação do TCE é que o sistema de saúde pública em Cuiabá começa a ser "destravado" e que as melhorias começarão a ser sentidas pela população já partir deste mês

De acordo com o relatório, só em março foram realizadas 436 cirurgias no Hospital Municipal de Cuiabá (HMC), o que representa um aumento de 20% em relação a fevereiro deste ano. Na comparação entre os dois meses, o Hospital Municipal São Benedito registrou aumento de 13%, chegando a 171 procedimentos, enquanto o antigo Pronto Socorro, contabilizou 252 operações.

Sérgio Ricardo apontou que este foi um dos cinco pontos prioritários estabelecidos pelo TCE-MT para a intervenção. "Observamos que o primeiro momento foi de organização do que estava confuso no processo. Em um segundo momento, as coisas come-

çaram a acontecer e que as metas estão sendo cumpridas, conforme foi determinado pelo Tribunal de Contas e pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso."

O levantamento mostra que foram identificadas a disponibilidade de 203 leitos desocupados nas unidades hospitalares de Cuiabá, enquanto havia uma fila de pacientes à espera de vagas em todo o estado. Houve ainda aumento de 67,5% na quantidade de leitos de UTI no HMC e Pronto Socorro, e de 56% das consultas ambulatoriais no HMC, que passaram de 800 para 1.250 por mês.

Membro da Comissão Especial do TCE-MT, o procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Alisson Carvalho de Alencar, lembrou que o trabalho será novamente avaliado nos próximos 15 dias, garantindo que as metas estabelecidas continuem sendo alcançadas.

"A equipe interventora nos apresentou um plano para maio, que deve potencializar os números já constatados. Percebe-se claramente que a rede pública de Cuiabá deixou de pensar apenas na rotina e começou avaliar a saúde que o cidadão precisa e merece para o futuro e para o presente. Ou seja, passamos de uma situação de apagar incêndio para o tratamento da causa e à busca de soluções permanentes", disse.

Além de apresentar o potencial aumento de cirurgias, a interventora avaliou que as melhorias constatadas na rede secundária têm impacto de médio prazo em toda a rede, já que são determinantes para a prevenção de doenças, citando ainda o aumento na cobertura vacinal.

Conforme descrito no relatório, houve contratação de 107 médicos para a atenção básica, redução na dependência de empresas terceirizadas, retomada dos exames de imagens e ampliação e melhoria no fluxo de atendimento nas Policlínicas e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). A do Pascoal Ramos, por exemplo, teve aumento de 20,4%, passando de 8.951 em fevereiro para 10.780 em março.

Neste contexto, Danielle chamou a atenção para as inspeções realizadas pela Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social (CPSA), presidida pelo conselheiro Guilherme Antonio Maluf. O trabalho foi concluído na terça-feira (26). "Essa parceria tem dado resultados muito positivos. Com a equipe de inspeção nas unidades foi possível constatar o que realmente vem acontecendo, o que traz também um feedback sobre pontos em que podemos melhorar", concluiu.

A Comissão Especial do TCE-MT é formada pelos conselheiros Sérgio Ricardo e Guilherme Antonio Maluf, pelo procurador-geral do MPC, Alisson Carvalho de Alencar, além de auditores públicas externos.

DIVERSOS ASSUNTOS

Comissões da Câmara realizam reuniões para tratar de encaminhamentos e deliberações

Da Redação

Cinco comissões da Câmara Municipal de Cuiabá realizaram reuniões durante a tarde desta quinta-feira (27). Diversos assuntos foram tratados conforme os setores que as comissões abrangem.

Inicialmente, o vereador Sargento Joelson (PSB), presidiu a quarta reunião da Comissão de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Rural. Junto ao parlamentar, compondo a equipe estavam os vereadores Fellipe Corrêa (Cidadania), e Cezinha Nascimento (PSL).

Durante o encontro, os membros da comissão debateram sobre as duras críticas que o município vem sofrendo do Governo do Estado, por meio do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat). A conversa acontece após a alegação de que o Intermat contém cerca de 10 mil títulos prontos para ser entregue a Cuiabá, mas não consegue o fazer, porque o município não autoriza a regularização dos bairros.

Os parlamentares decidiram durante a reunião, que os melhores caminham a se seguir no momento é descobrir o motivo da não finalização dos processos, protocolando formalmente e pedindo urgência no caso. Durante sua fala, o presidente da Comissão de Regularização Fundiária, Sargento Joelson, reforçou que o Legislativo irá buscar o diálogo entre os órgãos competentes, visando a resolução dos problemas e a satisfação da população cuiabana.

"Cabe a nós, Câmara Municipal, descobrir se isso é verdade, se esses documentos estão parados por falta de atenção do município ou se tem problemas a serem resolvidos ainda para a regularização, e é isso que a Comissão vai fazer a partir daqui", finalizou o vereador.

A Comissão de Previdência e Assistência Social foi a segunda a se reunir durante a tarde. Os vereadores Dilemário Alencar (Podemos), Rogério Varanda (MDB) e Demilson Nogueira (PP), organizaram a data da vinda do novo presidente da Empresa Cuiaba-

na de Zeladoria e Serviços Urbanos (Limpub). O encontro ficou registrado para acontecer na quarta-feira da próxima semana, dia 3 de maio.

Os vereadores Rodrigo Arruda e Sá (Cidadania) e Wilson KeroKero (Podemos), componentes da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar foram o terceiro grupo a se reunir. A Comissão decidiu pelo arquivamento do pedido de punição administrativa feito pela vereadora Edna Sampaio (PT), contra o vereador Dilemário Alencar. O arquivamento se deu devido ao descumprimento de prérequisitos técnicos no momento do protocolo do pedido.

Logo em seguida, a Comissão de Turismo e Desporto, presidida pelo vereador Marcus Brito (PV), e composta pelos vereadores Luís Cláudio (PP) e Eduardo Magalhães (Republicanos), já estava reunida. O encontro em questão foi realizado em função da proposta de convidar o Secretário de Cultura, Esporte e Lazer, Aluízio Leite, para uma parceria com a Comissão.

A Comissão de Administração e Obras Públicas encerrou a tarde de reuniões. O momento em questão foi presidido pelo vereador Dilemário Alencar, que assumiu momentaneamente o lugar do real presidente da Comissão, o vereador Dídimo Vovô (PSB). O parlamentar estava de atestado devido a um procedimento médico e em teoria não participaria da reunião, no entanto, acabou estando presente. Também estavam na reunião os outros membros que compõem o grupo, os vereadores Cezinha Nascimento e Wilson Kero Kero.

O encontro teve por objetivo ouvir as considerações do parlamentar Cezinha Nascimento com relação ao andamento da obra na via Contorno Leste. Durante a reunião também foi proposto que a Comissão esteja presente inteiramente no momento das vistorias das obras públicas em Cuiabá.

SUCESSÃO DE EMANUEL

Popularidade de Botelho causa inveja e possível comitê da maldade

As eleições de 2024 parecem que já começaram 2023 já estão formando blocos independentes

Lucas Leite Da Redação

Cada dia mais próximo das eleições municipais de 2024, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) já tem a sua preferência para a disputa majoritária na Capital. O nome do deputado estadual Eduardo Botelho (União Brasil) é o favorito na agremiação quando se trata de eleição municipal de Cuiabá. A deputada estadual Janaína Riva (MDB) afirmou a preferência de Botelho.

"Existe uma preferência do partido com relação ao nome do Botelho. Isso é partidário. Existe uma preferência. Agora a gente precisa construir condições para uma eleição dele como candidato", colocou a emedebista, citando o imbróglio vivido por Botelho dentro do União Brasil.

Atualmente, ele disputa espaço com o deputado federal Fábio Garcia (União), que também quer concorrer a prefeito de Cuiabá no pleito do ano que vem. Com isso, blocos independentes já estão sendo formados, no caso, a primeira-dama do Estado de Mato Grosso já deixou bem claro que apoia o deputado federal Fábio Garcia, enquanto seu esposo, Mauro Mendes, muito político experiente, diz que não favorece nenhum, nem o outro, mas provavelmente apoiará Fábio.



Entrega dos certificados de conclusão do curso de Informática Básica a 15 alunos indígenas da Escola Técnica de Barra do Garças

Neste sentido, Janaína lembra que o MDB convidou Botelho para se filiar à agremiação. "O Bezerra convidou o Botelho para se filiar ao partido. Sabemos hoje dos problemas que temos, especialmente em Cuiabá. Então, estamos trabalhando para isso, para que ele [Botelho] seja o candidato. Atenderia o anseio do partido, mas ainda não é nada definido, até porque ainda não montamos o diretório municipal, mas é uma tendência", afirmou. "Botelho é o nome favorito dentro do partido, entre a maioria dos membros da Executiva, mesmo ele não ficando no União Brasil", enfatizou.

Por outro lado, não descredencia as demais pré-candidaturas já colocadas. Apenas afirma que não agrada ao MDB. "Não penso que o Fábio é ruim candidato, hoje também vejo um Abílio mais equilibrado, mas ainda está um pouco distante do que desejamos. Então, penso que o Botelho, dentre os nomes que estão colocados hoje, é um nome que desponta", finalizou.

O presidente do diretório estadual do PSB, deputado estadual Max Russi revelou que o partido convidou formalmente o deputado Botelho a filiarse ao partido para disputar a Prefeitura de Cuiabá. Max revelou ainda que conversou com o governador Mauro Mendes para que o União Brasil autorize a desfiliação de Botelho.

"O partido está de portas abertas para ele compor partido, para fazer parte do diretório, para ter espaço, para discutir os municípios do interior, e principalmente para gente ter uma candidatura forte em Cuiabá", disse.

O jornal Centro Oeste Popular recebeu um correio eletrônico que possivelmente de uma conta fake News, relatando que o Botelho irá para o tribunal de contas no estado de Mato Grosso, cedendo sim a vaga de prefeito ao Fábio Garcia, entramos em contato com a sua assessoria de imprensa, negaram qualquer possibilidade de Botelho ir para o tribunal de contas, tendo em vista que o sonho dele é administrar a sua cidade com apoio de Jaime Campos, Júlio Campos, Janaina Riva e possivelmente do Emanuel Pinheiro. Já Fábio Garcia ficará sozinho e isolado.

Governo de Mauro Mendes pode investir até R\$16 bi em obras rodoviárias e mobilidade urbana até 2026

Só em Cuiabá, os investimentos previstos em mobilidade urbana e infraestrutura de rodagem nos bairros para esse início de segundo mandato de Mendes ultrapassa a casa de R\$1,2 bilhão

O governador Mauro Mendes (UB) quer deixar o maior legado em obras estruturantes em transportes e mobilidade urbana da história recente de Mato Grosso. Neste segundo mandato, já está claro que as obras rodoviárias e de mobilidade nas cidades prncipais do estado são prioridade para os investimentos do Governo Estadual. Com uma previsão de investimentos anuais na cada de R\$4 bilhões, até o final deste mandato, o governador poderá aplicar cerca de R\$ 16 bilhões em estradas, pontes e pavimentações rodoviárias e urbanas em todo o estado.

Para se uma ideia, apenas em Cuiabá, os projetos anunciados pelo governador somam mais de R\$1,2 bilhão de reais a serem aplicados até 2026, configurando o maior programa de melhoria de mobilidade e infraestrutura de rodagem urbana já realizado na Capital.

Em Cuiabá, entre as principais obras estão a implantação do sistema Bus Rapid Trânsit (BRT) interligando a capital à Várzea Grande, um investimento de R\$468,4 milhões; o prolongamento da Avenida Parque do Barbado ligando a Avenida das Torres e a Estrada do Moinho ao custo de R\$ 14,5 milhões; a restauração da Avenida Archimedes Pereira Lima com a requalificação da base e o asfalto da via em um trecho de cinco quilômetros entre a rotatória do Boa Esperança e o Complexo Viário do Tijucal ao custo de R\$ 14,7 milhões; investimento de R\$26,2 milhões na recuperação da malha viária de todo o Distrito Industrial com recapeamento asfáltico; construção de uma nova ponte de concreto sobre o Rio Cuiabá ligando os bairros Parque Atalaia, na capital, e Parque do Lago, em Várzea Grande, cuja estrutura está orçada em R\$ 40,4 milhões.

"O governador Mauro Mendes sempre disse que todas as obras iniciadas deveriam ser finalizadas. Por isso, trabalhamos para solucionar todos os problemas que impediam que muitas obras que estavam paralisadas fossem finalizadas, além de lançar novos projetos para melhorar a infraestrutura de Cuiabá, que é a capital de todos os mato-grossenses", afirma o secretário titular da Sinfra-MT, Marcelo de Oliveira.

Ainda em Cuiabá, o governo do Estado está realizando o sonho antigo de diversos moradores, de oito bairros: a pavimentação asfáltica de suas ruas e avenidas. A Sinfra-MT já deflagrou a execução das obras, avaliadas em R\$ 42 milhões, que vai colocar fim a lama e a poeira para moradores dos bairros Novo Tempo, Novo Milênio, Campo Verde da Esperança, Jardim Aroeira, Novo Horizonte, Tancredo Neves, Planalto e Alto Boa Vista.

O Governo de Mato Grosso também trabalha para melhorar os acessos para a capital. Apenas a MT-251, a Estrada de Chapada, recebeu R\$ 49,5 milhões em investimentos. A Sinfra-MT restaurou toda a rodovia, entre a Fundação Bradesco e o município de Chapada dos Guimarães, e construiu um novo posto de fiscalização para a Polícia Rodoviária.

Além disso, foi realizado um investimento em iluminação pública. Ainda em 2020 foi entregue a iluminação do trecho urbano da rodovia, recém duplicado, entre a rotatória da MT-010 e a Fundação Bradesco. No fim de 2022 foi entregue a iluminação em LED do trecho entre a Fundação Bradesco e o Trevo para Manso, mudando o visual da estrada e garantindo mais segurança para motoristas e também ciclistas.

Ainda na MT-251, a Sinfra-MT construiu o acesso ao Parque Novo Mato Grosso, com a construção de um viaduto e duas pontes de concreto sobre o Rio Bandeira. A Sinfra-MT também entregou



Rodovia MT-225 em Feliz Natal



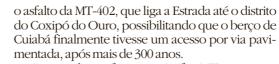
Rodovia MT-240 em Tangará da Serra



Duplicação da MT-010 estrada da Guia



Mauro Mendes visita obra de rodovia em Planalto da Serra



Pensando no futuro, a Sinfra-MT contratou e iniciou a elaboração do projeto para duplicar a rodovia no trecho fora do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães.

Na MT-040, entre Cuiabá e Santo Antônio do Leverger, o Governo de Mato Grosso está finalizando a iluminação em LED dos 17 km da rodovia, garantindo mais segurança para todos os motoristas que precisam passar pelo trecho no período noturno. Em 2023, será executada também a restauração do asfalto da rodovia.

Um dos objetivos é melhorar o acesso ao Novo Hospital Universitário Júlio Muller, construído em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso, com um investimento de R\$ 218 milhões.

A MT-010, que liga Cuiabá até o Distrito da Guia e Rosário Oeste também recebeu investi-

de concreto sobre o rio Arinos



MT-060 Poconé, em obras

mentos do Estado. A atual gestão finalizou a duplicação da Avenida Helder Cândia, entre a rotatória com a MT-251 e o Rodoanel, e entregou a iluminação pública do trecho.

A Sinfra-MT já contratou a elaboração do projeto para duplicar a MT-010 o distrito de Nossa Senhora da Guia e restaurar o trecho até Rosário Oeste. Outras obras foram contratadas e serão executadas nesse ano, como a pavimentação da MT-400, a antiga Estrada da Guia, e as MTs 401 e 402, que ligam o distrito do Aguaçu e terão trechos recuperados e asfaltados.

A Sinfra-MT também vai licitar novamente o asfalto da MT-030, que liga o bairro Dr. Fábio até a Ponte de Ferro. O contrato com a antiga empresa precisou ser rescindido devido a não execução das obras. A Sinfra-MT irá licitar a pavimentação até o Coxipó do Ouro.

A Sinfra-MT também tirou do papel a obra do Contorno Norte do Rodoanel de Cuiabá. Com um investimento de R\$ 204,9 milhões já teve início a construção de duas novas pontes sobre o Rio Cuiabá. O lote 1 do Rodoanel terá 21,5 km de extensão, entre a BR-163/364 em Várzea Grande e a MT-251 em Cuiabá, em pista duplicada em concreto. A obra prevê ainda construção de viadutos sobre a MT-010 e a BR-163, uma trincheira sob a Avenida Antártica.

O Governo de Mato Grosso já iniciou a recuperação da MT-060, principal rodovia que dá acesso ao município de Poconé. As obras são realizadas em toda a extensão da rodovia, entre o entroncamento com a BR-070, no Posto Tarumã, e a área urbana do município, totalizando 73,2 quilômetros.

No total, o Governo do Estado investe R\$ 31,6 milhões na obra, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra-MT). A expectativa é que a recuperação seja finalizada até o fim do primeiro semestre.

Além de servir a população de Poconé, a MT-060 é a principal rota de acesso ao pantanal mato-grossense, uma vez que é a partir do município que começam as rodovias Transpantaneira e MT-370, que levam até Porto Cercado.

O asfaltamento do primeiro trecho da rodovia MT-170, antiga BR-174, na região Noroeste do Estado também foi iniciado. As obras começaram no Lote 1, com 50,7 km de extensão, localizados na saída do município de Castanheira, em direção a Juruena. O trecho está sob responsabilidade do Consórcio formado pelas empresas Sanches Tripoloni, Trafecon e MT Sul e conta com um investimento de R\$ 89 milhões, o que incluiu a elaboração dos projetos.

PONTES PARA O FUTURO

Entre os projetos fundamentais na área de logística de transportes em Mato Grosso tocados pelo Governo do Estado, a construção de nada menos que 129 pontes de concreto figura como os mais estratégicos e prioritários para Mauro Mendes. Os projetos estão divididos em 13 lotes, regionalizados e tem o orçamento total estimado é de R\$ 47.686.361,98. Do total de pontes em construção, 21 delas estão na MT-060, a Transpantaneira, sendo a maior com 90 metros de extensão.

Na região norte, está em execução as obras do Complexo do Juruena e de asfaltamento da MT-170, antiga BR-174, que é um dos principais objetivos da atual gestão. As duas obras vão mudar a realidade da região e também do Estado. "Com esse asfalto ligando de Juína a Colniza e a ponte de 1.360 metros sobre o Rio Juruena, nós vamos interligar todo o Norte de Mato Grosso. Vai ser possível sair de Aripuanã e chegar até Guarantã do Norte por via asfaltada, algo que antes parecia inimaginável", afirmou o governador.

A ponte sobre o Rio Juruena será a maior de Mato Grosso. Orçada em R\$ 252,8 milhões, a obra será executada pelo Consórcio Juruena e engloba também a pavimentação de 59 quilômetros da MT-208, entre Cotriguaçu e Nova Bandeirantes.

Na região estão ainda outras três das maiores pontes a serem entregues pelo governador até o final de seu mandato. Além da ponte sobre o rio Juruena estão a caminho as construções das pontes sobre o rio Roosevelt, com 407 metros de extensão; a do rio Teles Pires, que tem uma extensão total de 460 metros de comprimento e a do rio Xingu, que terá nada menos que 614 metros.

No seu primeiro mandato, Mauro Mendes conseguiu entregar 2.505 quilômetros de pavimentação asfáltica em 59 rodovias, totalizando um investimento de R\$ 2,5 bilhões por parte da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra-MT), beneficiando diretamente 86 municípios. Também foram recuperados nada menos que 2.141 km de rodovias já pavimentadas, ao custo de R\$ 1,1 bilhão.

Para este segundo mandato, o Mendes prevê investimentos anuais na ordem de R\$ 4 bilhões em obras de infraestrutura em logística de transporte rodoviário e urbano. Mantendo essa sinalização, serão nada menos que R\$16 bilhões até 2026.



Mauro Mendes visita a Ponte



ACEITA O CONSELHO DOS OUTROS, MAS NUNCA DESISTAS DA TUA PRÓPRIA OPINIÃO. WILLIAM SHAKESPEARE

QUE A FÉ SEJA MEU GUIA....

ATO EM HOMENAGEM AOS 304 ANOS DE CUIABÁ - ROMARIA DAS ÁGUAS. A PRIMEIRA DAMA DA CAPITAL MÁRCIA PINHEIRO ESTEVE PRESENTE, NA PROCISSÃO FLUVIAL QUE CONTOU COM UMA ROMARIA DE BARCOS QUE VIERAM DE BARÃO DE MELGAÇO PARA CUIABÁ COM A IMAGEM DE BOM JESUS DE CUIABÁ E COM A PRESENÇA DO BISPO DA CAPITAL DOM MÁRCIO. CONFIRA OS MELHORES MOMENTOS DA ROMARIA









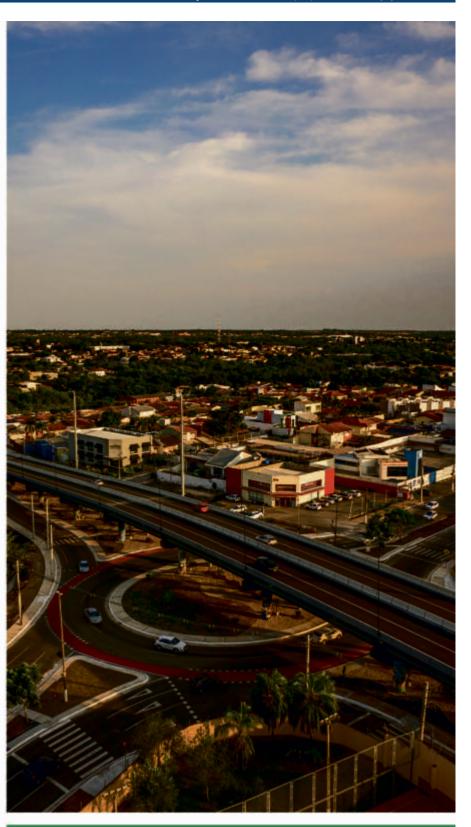






ONDETEM IPTUEM DIA TEM AVANÇO

Com a sua contribuição, Cuiabá vai continuar avançando.



PAGUE SEU IPTU ATÉ 19 DE MAIO COM 10 % DESCONTO OU EM 8 X SEM JUROS

emissao.cuiaba.mt.gov.br

EMITA-SUA GUIA ATUALIZADA AQUI >>>>>



CUIABÁ
PRA FRENTE,
CUIDANDO
DA GENTE.

Popular Popular

Prefeito de 65 anos se casa com menina de 16 anos no Paraná e escandaliza o Brasil

Chama a atenção o fato da mãe da garota ter sido nomeada secretária de cultura e turismo do município um dia após o casamento que é visto como um caso de "pedofilia consentida"

Da Redação

O prefeito da cidade de Araucária, região metropolitana de Curitiba, no Paraná, Hissam Hussein Dehaini, de 65 anos, gerou grande polêmica e chocou o país ao se casar com uma menina de apenas 16 anos. O casamento foi celebrado no último dia 12 de abril em uma cerimônia quase secreta, com poucos convidados. A garota, identificada como Kauane Rode Camargo, que tem familiares residindo em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, teve autorização dos pais para se casar com o idoso.

Além de prefeito em segundo mandato, Hissan é um empresário milionário, com negócios suspeitos e já foi investigado e preso durante a CPI do Narcotráfico. É ainda conhecido no Paraná por seus muitos casamentos, o que lhe valeu o apelido de "sultão de Araucária" nas rodinhas de aposentados e carolas de igreja no município.

O prefeito conheceu a atual esposa durante o concurso de Miss Araucária Teen, destinado à meninas de 13 a 17 anos, realizado no ano passado. Kaune Rode tinha então completado 15 anos. Ela ainda cursa o ensino médio em uma escola cívico-militar do município. O relecionamento com a menor de idade, inicialmente, era de conhecimento restrito e até ser oficializado com o casamento, era tido em Araucária como "fofoca de comadres" ou "maledicência de adversários políticos" do prefeito.

No ano passado, de forma inesperada, Hissan Dahaini se divorciou da então esposa, Cristiane Inez Martins. Foi quando começaram os "boatos" de que ele estava tendo um caso com Kauane, uma "ninfeta" 49 anos mais jovem que ele.

Nas conversas das rodas de mate e nos cafés da tarde, os araucarenses não duvidam de que a fortuna declarada do prefeito, de mais de R\$14 milhões e a ostentação que o caracteriza, tenha sido o verdadeiro "cupido" que flechou o coração da "2ª Princesa Teen" do município e que os cargos na prefeitura ocupados pela mãe dela, Marilene Rode, nomeada secretária de cultura e turismo um dia após o casamento, e da tia, Elizangela Rode, que ascendeu no dia primeiro de abril ao cargos de diretora-geral de secretaria, tenham contribuido, também, para retirar do caminho do político sexagenário qualquer eventual pudor ou obstáculo moral que pudesse impedir ou protelar o romance.

Apesar de Kauane ser menor de idade, o casamento não é considerado ilegal, uma vez que a legislação brasileira permite o casamento aos 16 anos, desde que com o consentimentos dos pais.

O prefeito se recusa a comentar com jornalistas o fato de ter se envolvido com uma adolescente mal saída da puberdade e vinha se mostrando indiferente à repercussão de sua atitude entre a população incrédula. Na semana passada, no entanto, o escandalo fugiu ao seu controle, deixando de ser um caso restrito ao seu município para se tornar de conhecimento nacional. As pressões o levaram a tomar algumas atitudes para tentar reduzir os danos – já irreversíveis, afinal – à sua imagem.

Primeiro, Hissan Dahaíni demitiu a sogra do cargo de seceretária municipal de cultura e turismo, bem como a tia da garota do posto comissionado que ocupava a prefeitura. Em seguida, o prefeito se desfiliou do seu então partido, o Cidadania.

Nepotismo recorrente e negócios suspeitos

Casos de nepotismo nas administrações de Hissan Dehaine não nenhuma surpresa. Ao longo de seu primeiro mandato, a então esposa de Hissan Dehaini, Cristiane Inez Martins Dehaini foi nomeada Secretária Municipal de Assistência Social. O então cu-



O "sultão de Araucária": o prefeito e empresário Hissan Husseim Dehaini, fez da adolescente



Miss Teen: aos 15 anos, Kauane Rode Camargo disputou e ficou em segundo lugar num concurso de beleza para adolescentes patrocinado pela Prefeitura de Araucária. Namoro e casamento foi aprovado pela família da garota, cuja mãe e tia são funcionárias do município nomeadas por Hissam Dehaini

nhado, José Roberto Martins, já esteve na pasta do Trabalho e Emprego, e Eduardo Rodriguez Mello, genro, na de Administração.

Também não é novidade o prefeito ser investigado pela polícia por crimes variados. Agora ele está na mira do Ministério Público do Paraná por causa de seu casamento com uma menor e pelos casos de nepotismos com a família dela. Mas, em sua "ficha corrida" já constam duas prisões durante a CPI do Narcotráfico, uma detenção após Operação da Polícia Federal que investigava licitações fraudulentas e outros casos de nepotismo investigados na prefeitura nos últimos anos.

O prefeito foi alvo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico, entre o final dos anos 1990 e início dos 2000. Hissan Dehaini foi indiciado por envolvimento com tráfico de drogas, furto e desmanche de veículos, concussão, extorsão, corrupção ativa e passiva.

Ele usaria, segundo se apurou na ocasião, suas atividades de empresário do ramo de hotéis e agência de carros como fachada para os verdadeiros negócios ilícitos que lhe traziam fortuna. Em uma das chácaras de sua propriedade, Hussein teria uma pista de pouso para helicópteros e um laboratório para o refinamento de cocaína, o que foi negado por ele com a justificativa de que operava uma empresa de transporte aéreo.

Em março de 2000, ele foi preso por 60 dias pela Polícia Federal, a pedido da CPI do Narcotráfico. Libertado, ficou solto por sete meses e em outubro de 2000, na fase paranaense da Comissão, foi denunciado por tráfico de drogas, proteção a traficantes e pagamentos a policiais e foi preso novamente. Por esta acusação, permaneceu detido por 104 dias na Prisão Provisória do Ahú, em Curitiba.

Em seu depoimento à Polícia Federal no inquérito final da investigação, Hissan Dehaini disse que seu patrimônio, equivalente a R\$ 5 milhões na época, havia sido acumulado ao longo de dez anos em atividades de hotelaria, revenda de combustíveis e transporte. Ele teria ainda prestado serviços para o governo estadual do Paraná e para a Petrobras.

Durante a Operação Metástase, deflagrada em outubro de 2007, Hissan Dehaini voltou a figurar nas páginas policiais e por ser acusado de integrar um esquema de fraude de licitações públicas no estado de Roraima. A empresa Icaraí Taxi Aéreo, pertencente a Dehaini, vencia contratos de maneira fraudulenta e também recebia valores acima do devido. O indiciamento do inquérito, além da fraude de licitação, incluiu lavagem de dinheiro, descaminho, corrupção ativa, formação de quadrilha, sonegação fiscal, crime contra a ordem econômica e quebra de sigilo telefônico.

A principal fraude, segundo a investigação, era a licitação de helicópteros para a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Entre os presos por essa operação, realizado em parceria entre as Justiças de Roraima e Paraná, estava um de seus filhos, Rihad Hussein Dehaini.

Imoral, mas não ilegal casamento com adolescente gera traumas

No Brasil, casamentos de adolescentes a partir de 16 anos não são iegais quando autorizados pelos pais e ou tutores. Não é sem razão que o Brasil figura como o quarto país do mundo com os maiores números absolutos de casamentos infanto-juvenis, seja formais – autorizados pelos pais – ou informais, quando um dos pares é adulto e passa a conviver sexualmente com menores.

O país só perde para India, onde boa parte da população segue os padrões das culturas hindu e muçulmana em que os casamentos de meninas podem ser acertado com o noivo pela família em troca de generosos dotes e celebrados ainda na primeira infância destas e se consumar logo após



Marilene Rode, 36anos, a mãe da adolescente foi nomeada secretária municipal no dia seguinte ao casamento, passando a receber um salário mensal de mais de R\$13 mil,mas acabou demitida após repercussão negativa do caso

a primeira menstruação, por volta dos 11

Segundo Flávia Gomes Cordeiro, promotora de Justiça do Piauí, o casamento infantil para as meninas trazem consequências agravantes, como a pressão das responsabilidades de um adulto, a satisfação dos desejos e pulsões sexuais de um adulto muito mais velho e experiente, a interrupção dos projetos educacionais ou seu retardamento, assim como a ruptura do aprendizado e amadurecimento da adolescência, exclusão do mercado de trabalho, abandono escolar, restrição da mobilidade e da liberdade, entre outros impactos que podem ser extremamente negativos para a jovem.

O debate em torno do casamento de pessoas muito mais velhas com adolescentes e jovens menores de 18 anos não se limita apenas aos aspectos morais, éticos e aos estigmas sociais. Casamentos e ou relacionamentos sexuais entre indivíduos maduros e jovens em idade púbere trazem uma carga negativa concreta para o parceiro ou parceira mais jovem. É cientificamente comprovado que esses relacionamentos, autorizados ou não pela lei e apoiados ou não pelos pais, geram um desequilíbrio na constituição física e psicológica e desencadeiam, não aramente, danos catastróficos sociais para quem é submetido a eles na adolescência.

Os pesquisadores da questão afirmam que não se pode falar em amadurecimento sexual de um jovem ou uma jovem de 12, 15, ou 17 anos quando sabidamente, estes não tem ainda, um amadurecimento emocional e racional. É preciso considerar o desenvolvimento da pessoa em sua integralidade, em que lhe é assegurada a dignidade de acordo com cada uma de suas fases da vida em plenitude. Com isso, se torna óbvio que desestimular a iniciação precoce da vida sexual por adolescentes é também uma questão de ordem pública.

